

APRESENTAÇÃO

O CURRÍCULO PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: uma mirada para o mundo Ibero Latino Americano

Amurabi Oliveira¹
Antoni Sansisteban²

Nas últimas décadas os países Ibero Latino-Americanos experienciaram profundas e significativas transformações, forjadas no contexto da redemocratização política em diversos países, e bem como no impacto das políticas neoliberais em suas agendas educacionais. Em período mais recente, as crises econômicas, a vinda de refugiados para países europeus, as guinadas políticas nos países latino-americanos, também foram mudanças que nos convidam a reexaminar o campo educacional, sendo o currículo um ângulo privilegiado para tanto, considerando a forma como ele expressa as relações de poder da sociedade. É no bojo destas questões que trazemos ao público o dossiê “O Currículo para o Ensino de Ciências Sociais: uma mirada para o mundo Ibero Latino-Americano”.

Tais questões impactaram diretamente os currículos escolares, bem como os currículos dos cursos de formação de professores. No caso das ciências sociais – compreendidas aqui no ensino amplo do termo (antropologia, história, geografia, economia, sociologia etc.) – isso se desdobra na elaboração de novas formas de pensar a história, a sociedade, a economia e a cultura. Neste sentido, podemos compreender que no contexto escolar tais ciências são especialmente sensíveis a estes tipos de transformações.

Um elemento significativo para compreendermos tais questões encontra-se na relação entre o ensino das ciências sociais e a formação para a cidadania, que recorrentemente surge como finalidade do ensino de tais ciências no contexto escolar. É importante indicar que a forma como estas ciências se relaciona com a formação cidadã se altera ao longo do tempo, refletindo também às próprias transformações na concepção do que seria uma formação cidadã.

No caso da educação secundária devemos ainda ressaltar que as inúmeras reformas educacionais que têm ocorrido nos últimos anos, que visam reorientar a formação oferecida nesse nível de ensino – como é emblemático o caso da Reforma do Ensino Médio no Brasil – têm colocado em questão muitas vezes qual o lugar das ciências humanas e sociais na formação dos jovens. Desse modo, o currículo escolar vem a refletir os embates entre diferentes concepções de mundo, e distintas compreensões sobre a finalidade do ensino das ciências sociais na escola.

As pesquisas demonstram a importância do ensino de ciências sociais como educação para a cidadania, capaz de dotar de instrumentos aos alunos para abordarem temas controversos e vivos presentes na sociedade, para analisar a complexidade da informação nos meios de comunicação sobre problemas sociais relevantes e, também, para participação democrática e ação cidadã para a mudança

¹Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atualmente é Professor Visitante na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) com bolsa PVE Junior CAPES. Pesquisador do CNPq. E-mail: amurabi1986@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7856-1196>.

²Doutor em Didática das Ciências Sociais pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB/Espanha), Professor e diretor do Departamento de Didática da Língua, da Literatura e das Ciências Sociais na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Coordenador do GREDICS (2017SGR1600). E-mail: antoni.santisteban@uab.cat. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7978-5186>.

social. Só assim desenvolveremos as competências cidadãs e o pensamento crítico de nossos alunos.

É importante ainda destacar que entre a concepção e a publicação deste dossiê ocorrem mudanças significativas no âmbito das escolas e universidades, algo impactado diretamente pela pandemia do COVID-19. Este novo cenário evidenciou as desigualdades sociais e de gênero ante os sistemas educativos, ao mesmo tempo nos demandando novas reflexões sobre a dinâmica da vida social. Tais questões redimensionam o lugar das ciências sociais no currículo escolar, reforçando seu papel central para pensar um mundo em contínuas transformações.

Abrindo o dossiê, o artigo de Mariona Massip e Antoni Santisteban faz uma revisão sobre a situação da Educação para a Cidadania na Europa, sobre as propostas e a pesquisa que o Conselho da Europa promoveu. Os autores assinalam que os países europeus têm tradições educativas e democráticas diversas, ainda que compartilhem a defesa dos direitos humanos ou a educação para a paz, entre outras. O Conselho da Europa publicou um documento sobre Competências de Cultura Democrática, que se propõe ser uma atualização dos conteúdos de Educação para a Cidadania. Um dos desafios mais importantes é lutar contra o populismo e a extrema direita e o crescimento do fascismo. Segundo os autores, a partir da pesquisa existente, a formação de professores é considerada a chave ante esses desafios.

Amurabi Oliveira e Luiz Alexandre Devegili em desenvolvem uma reflexão sobre os conteúdos ensinados na disciplina de sociologia na província de Santa Fé (Argentina) e no estado de Santa Catarina (Brasil). Eles apontam para as diferenças entre os sistemas de ensino dos países e o *status* que a sociologia ocupam em ambos, destacando ainda que na província de Santa Fé a sociologia surge no currículo com um enfoque mais temático, ao passo que no estado de Santa Catarina há uma maior ênfase na tradição teórica da disciplina. Essas diferenças refletiriam não apenas as distintas organizações do sistema educativo nos dois países, como também questões relacionadas à formação de professores, e à tradição da sociologia na educação secundária.

A análise das mudanças e continuidades na educação para a cidadania na Espanha é o conteúdo do artigo de Jordi Castellví-Mata e Neus González-Monfort. Estes autores partem de um posicionamento claro a favor da cidadania crítica, orientada à participação e à justiça social. Os autores fazem uma análise dos diferentes currículos em relação à educação democrática que foram implementados na Espanha desde a transição política, depois da ditadura. Nos últimos tempos, a Espanha seguiu as diretrizes europeias, ainda que a implantação de uma educação para a cidadania tenha sofrido de falta de consenso nas leis e políticas educativas elaboradas. Ao mesmo tempo, se produziu um grande crescimento da pesquisa neste campo e, em paralelo, das propostas educativas inovadoras.

Alfredo Dias e Maria João Hortas exploram a questão da educação para a cidadania em Portugal destacando o novo dinamismo assumido com a publicação da Estratégia Nacional da Educação para o Desenvolvimento (2010-2015). Os autores destacam o redirecionamento que os documentos oficiais apontam para a questão da cidadania global. Ademais, eles enfatizam ainda como que os contextos econômicos, políticos e sociais incidem sobre essas políticas educacionais. Além de apresentar as diversas orientações sobre a educação para a cidadania em Portugal, os autores também levantam a pergunta sobre como que os professores interpretam e incorporam (ou não) essa miríade de documentos.

Gustavo González-Valencia, Felipe Caballero e Claudia Aponte analisam a situação na Colômbia da Educação para a Cidadania, muito condicionada pela necessidade de trabalhar o pós-conflito na escola. Depois do conflito armado no país, que se estendeu por mais de 70 anos, foram feitos esforços muito importantes para a construção da paz e para fomentar uma participação democrática que abra uma nova etapa política no país. Neste contexto o ensino das ciências sociais e a educação para a cidadania tem um papel fundamental na educação obrigatória na Colômbia, assim como também representam a esperança para a construção de uma nova época. Os autores expõem as perspectivas e os problemas deste processo de formação democrática nas escolas.

O artigo de Sebastián Quintana e Alejandro Rabuco apresenta o estado da arte sobre a Formação Cidadã no Chile, que tem sido introduzida no currículo chileno como um conhecimento transversal. Explicam-se as causas para sua implantação a partir dos frágeis resultados das avaliações internacionais

na educação para a cidadania. Outro aspecto que influenciou foi o descontentamento social e político da juventude. O artigo explora os diferentes momentos nos quais o Chile tentou implantar uma formação cidadã desde los anos 90 do século XX, até a atualidade, a última foi o Plano de Formação Cidadã de 2017. Os autores apontam os problemas para pôr a proposta em prática, por exemplo, a falta de formação dos professores e põem destaque para pensar as finalidades e los aspectos metodológicos.

Daniela Sabatovich e Oscar Mañan exploram o currículo de sociologia a partir das mudanças produzidas nos cursos de formação de professores no Uruguai. Os autores destacam as mudanças ocorridas desde a década de 1970, quando a sociologia é introduzida no currículo uruguaio, até a última reforma ocorrida em 2008. O caminho percorrido pela formação de professores de sociologia no Uruguai vai desde um modelo mais vinculado ao direito e à educação cívica, indo em direção a um modelo mais autônomo. No embate com as questões teóricas e epistemológicas propiciadas pelas mudanças curriculares, os autores questionam em que medida a concepção de sociologia ensinada foi realmente altera como reflexo dessas mudanças curriculares.

Considerando as transformações recentes no currículo escolar do ensino médio brasileiro, principalmente aquelas impulsionadas pela Reforma do Ensino Médio em 2017 e pela publicação da versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Cristiano das Neves Bodart, Fernanda Feijó analisam o lugar das ciências sociais no currículo do ensino médio brasileiro. Os autores avaliam que a perda do caráter disciplinar da disciplina demarca um retrocesso institucional, ao mesmo tempo em que buscam evidenciar como que a sociologia pode contribuir para o desenvolvimento de “competências e habilidades” previstas pela BNCC, o que reforçaria a necessidade de manutenção das ciências sociais no currículo escolar.

Partindo de um estado da arte das teses e dissertações sobre ensino de sociologia no Brasil voltadas para a questão do currículo entre 2008 e 2028, Marcelo Cigales e Diego Greinter destacam o perfil dessas pesquisas, desenvolvidas em programas de educação e de ciências sociais. Segundo os autores, parte expressiva dos trabalhos têm orientação para atividades realizadas no interior das escolas, compreendendo o currículo na sua aplicação final. Os autores além de descrever o perfil mais geral desses trabalhos, levantam ainda algumas hipóteses sobre os possíveis impactos da BNCC sobre a produção nessa área, indicando que seria possível inferir que esse documento impactou no campo gerando incertezas nos pesquisadores, que se distanciaram mais do tema currículo no campo mais amplo do ensino de sociologia.

Finalizando o dossiê, Ileizi Luciana Fiorelli Silva e Henrique Fernandes Alves Neto se voltam para a análise da BNCC, enfocando no caso específico da sociologia. Os autores examinam as concepções de currículo que estava em disputa ao longo da elaboração das diferentes versões da BNCC (2014-2018), enfatizando as transformações dos contextos políticos nos quais essas mudanças operam, analiticamente divididas em três momentos. Os autores demonstram ainda como a presença da sociologia na BNCC passa a ser captada pelo discurso pedagógico hegemônico, observando-se ainda a diminuição da autonomia das disciplinas em relação aos princípios de ordenamento dos currículos

Queremos dedicar esta publicação a Joan Pagès, professor da Universidade Autônoma de Barcelona, que nos ajudou a desenhar este número e que, lamentavelmente, nos deixou há pouco tempo. Joan Pagès foi um dos pesquisadores e autores mais importantes da Didática das Ciências Sociais e Educação para a Cidadania. Promotor da *Asociación Universitaria de Profesorado de Didáctica de las Ciencias Sociales* (Associação Universitária de Professores de Didática das Ciências Sociais) e da *Red Iberoamericana de Didáctica de las Ciencias Sociales* (Rede Iberoamericana de Didática das Ciências Sociais), assim como de outras redes. Seu trabalho na América Latina foi muito importante e nos deixa um grande número de livros e artigos, e de ensinamentos que não esqueceremos.

Para além dos trabalhos do dossiê, o presente número traz ainda quatro trabalhos na seção de demanda contínua. O trabalho de Alaim Souza Neto dialoga diretamente com o último artigo do dossiê, justamente, por se voltar para as tensões postas nas políticas curriculares implementadas no Brasil em período recente, com destaque para a Reforma do Ensino Médio e para a BNCC. O autor aponta para as

disputas envolvidas na elaboração dessas políticas, assim como na ausência de um processo democrático para a implementação da versão final da BNCC.

O artigo de Maria Eduarda Gomes Lopes e Andreza Maria Lima se insere no debate mais amplo sobre a Reforma do Ensino Médio no Brasil, voltando-se para a questão do currículo integral no ensino médio. As autoras realizam um estado da arte sobre as produções acerca desta temática na pós-graduação no período compreendido entre 2011 e 2017, a partir desse levantamento elas indicam alguns dos desafios para sua implementação no Brasil, com destaque para a ausência de uma compreensão clara sobre o que seja o currículo integral, apontando para a necessidade de realizar um investimento mais amplo na formação docente.

Voltando-se para a questão da flexibilidade curricular, Carlos Alberto Ferreira parte do caso português para advogar as vantagens desse modelo no processo de ensino e aprendizagem, destacando-se a questão do ensino a partir de problemas. Na percepção do autor a flexibilidade curricular afigura-se como uma oportunidade para que as práticas curriculares estejam ajustadas aos diversos alunos nos contextos em que vivem. Indica-se ainda os desafios postos para a implementação dessa proposta, principalmente no que tange à formação docente.

Por fim, Daiane Braghirolli Rauschkolb e Suzete Terezinha Orzechowski se voltam para um caso empírico para pensar o currículo da educação do campo. Segundo as autoras, a escola pesquisa apesar de ser denominada do campo não apresenta em sua proposta curricular nenhuma especificidade em relação a essa modalidade. Destacam ainda a ausência de formação docente específica para a educação do campo, sugerindo caminhos para a melhor efetivação dessa política educacional.

Boa leitura!